



PROCESSO: 23409.000137/2013-08

CONTRATO:XX/2013

TERMO DE CONTRATO Nº. XX/2013 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ – IFPR E

**CONTRATANTE:** O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ - IFPR, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.652.179/0001-15, com sede na Rua João Negrão, 1285, Bairro Rebouças, Curitiba - PR, representado pelo seu XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade/RG XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, conforme XXXXXXXXXXXXXXXX.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecido na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, representado pelo seu \_\_\_\_\_ (Cargo) \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade/RG n.º \_\_\_\_\_ (órgão expedidor/UF), inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por \_\_\_\_\_ (procuração/ contrato social/ estatuto social) \_\_\_\_\_.

Os **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo nº **23409.000137/2013-08**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 012/2013 - IFPR**, sujeitando-se as Normas da **Lei nº 10.520, de 2002**, do **Decreto nº 5.450, de 2005**, da **Lei nº 8.666/1993** e suas alterações e das demais normas legais aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a **contratação de empresa especializada para locação de 02 (dois) contêineres almoxarifado (01 unidade 20 pés + 01 unidade 40 pés), bem como a prestação de serviço de frete, mobilização e desmobilização, instalação, movimentação dos contêineres e substituição em caso de avarias**, para o Câmpus Irati, situado à Rua Pedro Koppe, nº 100, Vila Matilde, CEP: 84.500-000, na cidade de Irati-PR, conforme características técnicas, quantidades e demais requisitos que se encontram descritos no Termo de Referência.

1.2. Os contêineres locados serão empregados na armazenagem de material de expediente, ferramentas e equipamentos agrícolas do Câmpus Irati.

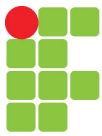
## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, a título de aluguel, a importância mensal total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) referente ao item 01 (Contêiner de 20 pés) e R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), referente ao item 02 (Contêiner de 40 pés), conforme proposta vencedora.

2.2. O **CONTRATANTE** PAGARÁ à **CONTRATADA**, a título de frete, mobilização e desmobilização, a importância de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) (Valor total do item 03 do Termo de Referência), a ser paga em duas parcelas iguais. Uma parcela na entrega dos contêineres e uma segunda parcela, no final do contrato para retirada dos contêineres do terreno do **CONTRATANTE**.

PROCESSO Nº 23409.000137/2013-08 – CONTRATO Nº XX/2013

1



2.3 O valor estimado total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente ao aluguel pelo período de 12 meses, frete, mobilização e desmobilização dos contêineres.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA**

3.1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da **Natureza da Despesa 3.3.90.39.09 (Armazenagem) e 3.33.90.39.74 (Frete e transportes de encomendas).** – **Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, conforme Notas de Empenho Estimativo n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, respectivamente.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de até 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

4.2 O presente contrato será prorrogado, mediante aditamento, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- 4.2.1 Os serviços foram prestados regularmente;
- 4.2.2 A Administração ainda tenha interesse no objeto do contrato;
- 4.2.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 4.2.4 A CONTRATADA concorde com a prorrogação.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 O prazo para início da prestação dos serviços é de 20 (Vinte) dias corridos, contados da data do recebimento da ordem de serviço/ Nota de empenho expedida pelo CONTRATANTE.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE**

6.1 Cabe à CONTRATANTE:

- 6.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato;
- 6.1.2. Prestar aos funcionários da **CONTRATADA** todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- 6.1.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato;
- 6.1.4. Atestar notas fiscais e efetuar os pagamentos à **CONTRATADA**;
- 6.1.5. Aplicar as sanções administrativas contratuais.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**

7.1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

Manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório;



- a) Assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços;
- b) Observar, rigorosamente, as especificações técnicas e as regulamentações aplicáveis a cada caso, executando todos os serviços com esmero e perfeição;
- c) Estar em situação regular “Trabalhista, no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e CADIN”, quando da apresentação das faturas e notas fiscais;
- d) Manter durante o contrato conta vinculada, nos termos da Súmula 331 do Egrégio TST e art. 19-A, item I, da IN 03/2009.

7.2 **A CONTRATADA** deverá manter todos os seus empregados devidamente protegidos com E.P.I.s, sendo a mesma responsável pela obrigatoriedade do uso, bem como, pelos acidentes ocorridos em função de mobilização e desmobilização, sendo responsável pela aplicação das Normas Regulamentadoras de Segurança e Higiene do Ministério do Trabalho.

7.3 **A CONTRATADA** assumirá a responsabilidade pelos danos e prejuízos que por ventura venham a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, na execução dos serviços decorrentes do presente Contrato, assumindo a defesa contra as reclamações judiciais, bem como, os ônus delas decorrente.

7.4 **A CONTRATADA** deverá entregar os contêineres em conformidade ao solicitado no termo de referência, cumprindo os demais serviços solicitados: fornecimento de sapatas para alocação dos contêineres no terreno do **CONTRATANTE**; movimentação dos contêineres dentro do terreno da instituição contratante (01 movimentação, se necessário), com execução em no máximo 20 dias a partir da solicitação; substituição dos produtos em caso de avarias ocasionadas por intempéries, as quais provoquem alterações físicas nos contêineres, que prejudiquem sua capacidade de armazenagem segura, com execução em no máximo 20 dias após a solicitação do contratante.

7.5 **A CONTRATADA** deverá assumir todo o ônus ocasionado pelo frete, mobilização e desmobilização dos 02 contêineres, adotando o conjunto de providências necessárias para transportar pessoal e equipamentos até o local de execução dos serviços, efetuar descarregamento e instalação dos contêineres e, ao final do contrato, efetuar a desinstalação, carregamento e retorná-los para o ponto de origem, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante do **CONTRATANTE** especialmente designado pela autoridade contratante, por meio de portaria, doravante denominado Fiscal do Contrato.

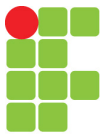
8.2 A fiscalização será exercida no interesse do **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

8.3 Quaisquer exigências do Fiscal do Contrato, inerentes ao fiel cumprimento do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA** sem ônus para o **CONTRATANTE**.

8.4 O **CONTRATANTE** se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues, bem como os materiais utilizados, se em desacordo com o contrato, Edital e seus Anexos.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

9.1 Os pagamentos serão realizados em até 30 dias úteis a partir do ateste da nota fiscal de prestação de serviços expedida pela **CONTRATADA**, mediante crédito na conta corrente\_\_\_\_\_, agência\_\_\_\_\_, Banco\_\_\_\_\_, desde que a **CONTRATADA** apresente os documentos de cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais.



9.2 A **CONTRATADA** emitirá a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo se de filial da contratada.

9.3 Quando da emissão da nota fiscal ou fatura, a **CONTRATADA** deverá destacar os valores das retenções referentes ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa SRF nº 1234/2012, publicada no DOU de 11/01/2012, e suas alterações.

9.4 Não haverá a retenção prevista no item anterior na hipótese da **CONTRATADA** ser optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006.

9.5 Antes do pagamento será observada a comprovação da regularidade do cadastramento e da habilitação parcial no SICAF e CADIN, e CND Trabalhista.

9.6 No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (Seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.7 O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

9.8 A critério do **CONTRATANTE** poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da **CONTRATADA**, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE**

10.1 O reajuste deverá ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão do direito de reajuste.

10.2 Os preços unitários contratados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, serão reajustados utilizando-se o Índice Geral de Preço de Mercado – IGP-M/FGV acumulado dos últimos 12(doze) meses.

10.3 Os reajustes serão precedidos de solicitação do CONTRATADO.

10.4 O CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

11.1 Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e 28 do Decreto nº 5.450/2005 “quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da sobredita Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.”

11.2 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação



contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência, por escrito, inclusive registrada no cadastro específico (SICAF);
- b) multa equivalente a 1,0% (um por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato/Nota de Empenho (NE);
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a União, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior ("c");

11.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.4 No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.5 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

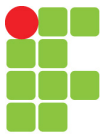
12.1 Constituem motivo para a rescisão do contrato:

- I. O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. A associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, de posição contratual, bem como fusão, cisão ou incorporação da Contratada, e desde que prejudique a execução do contrato ou implique descumprimento ou violação, ainda que indireta das normas legais que disciplinam as licitações;
- IV. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- V. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro, do artigo 67, da Lei n.º 8.666/93;
- VI. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VII. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- VIII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do contrato;
- IX. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a qual está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o presente contrato;



- X. A supressão, por parte da Administração, dos serviços acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93;
  - XI. A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
  - XII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
  - XIII. O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 12.2 Quanto a sua forma a rescisão poderá ser:
- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a X, e XIII desta Cláusula;
  - b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
  - c) Judicial, nos termos da legislação.
- 12.3 Nos casos de rescisão administrativa ou amigável de que tratam nas alíneas “a” e “b”, do parágrafo anterior, a rescisão será precedida de autorização escrita e fundamentada do IFPR:
- 12.4 No caso de rescisão do contrato com base nos incisos X a XIII, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da Administração.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**
- 13.1 Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**
- 14.1 O presente contrato fundamenta-se:
- 14.1.1. nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e Decretos nº 5.450/2005 e nº 5.504/2005;
  - 14.1.2. nos preceitos de direito público;
  - 14.1.3. supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.
- 14.2. O presente contrato vincula-se aos termos:
- 14.2.1. do edital do **Pregão Eletrônico nº XX/2013**, constante do processo nº 23409.000137/2013-08;
  - 14.2.2. da proposta vencedora da CONTRATADA.





**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Curitiba/PR, Seção Judiciária do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes da parte, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Curitiba, \_\_\_\_\_.

PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA
_____	_____

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
**Gestor do Contrato**

**NOME:**

**CPF:**

**NOME:**

**CPF:**